

UM PANORAMA GERAL DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI/RS E UMA REFLEXÃO SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO POR PARTE DOS PIRATINIENSES

NÍCOLAS ROLDAN NEUENFELD¹; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – nrneuenfeld@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucostoli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Um Centro Histórico é comumente a área mais antiga de uma cidade, sendo o ponto de partida para a expansão urbana e onde é possível identificar a sucessão de testemunhos de várias épocas e a evolução de uma sociedade. Segundo CHOAY (2001), o centro histórico de uma cidade é o espaço que simboliza a origem do núcleo urbano. Diante disso, pode-se dizer que as manifestações produzidas ao longo dos anos, neste espaço, referenciam a imagem e a identidade de seus moradores.

Foi escolhido, para estudo de caso, o Centro Histórico da cidade de Piratini/RS, em razão da importância histórica e cultural que a cidade tem dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

A cidade, tradicionalmente conhecida como a 1ª Capital Farroupilha, apresenta um considerável conjunto arquitetônico característico do estilo luso-brasileiro e eclético, cujas edificações apresentam valores estéticos e históricos. Foi uma das primeiras cidades que definiram e regularizaram a ocupação dos seus centros históricos, tendo recebido o reconhecimento nacional na década de 1940.

As políticas públicas de preservação do patrimônio surgem a partir da conscientização e sensibilização da comunidade, que juntamente com o poder público, devem promover ações que garantam a proteção de um bem, seja ele material ou imaterial.

Para tanto, a conscientização e a sensibilização da comunidade devem ser resultantes de um processo de patrimonialização, uma vez que contribui para a continuidade e valorização do bem pelas diversas gerações. De acordo com MENESSES (2018), não há produto sem processo, nem processo sem produto.

Desta forma, a presente pesquisa objetiva apresentar de forma resumida as políticas de preservação do Centro Histórico de Piratini, analisando a sua efetividade na conservação dos bens patrimoniais e identificando os principais fatores que contribuem para a sua descaracterização. Outro objetivo desta pesquisa é refletir sobre a patrimonialização do centro histórico, destacando a importância do mesmo para a memória dos piratinienses, e para a potencialização do turismo e desenvolvimento econômico do Município.

A justificativa da escolha do tema se dá principalmente pela necessidade de realizar uma análise crítica sobre as diretrizes de preservação existentes, bem como a sua aplicação diante do patrimônio edificado, especialmente em Centros Históricos, onde na maioria das vezes são mal geridos e passam por intervenções que acabam descaracterizando as edificações e o seu entorno, comprometendo a sua história e identidade.

A presente pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas - PROGAU, na disciplina de Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil e Legislações de

Proteção Nacional e Internacional e embasará a dissertação de mestrado, que irá contemplar um maior aprofundamento do tema apresentado.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica sucede-se pelas publicações no campo do Patrimônio Cultural, discorrendo sobre as políticas de preservação e a patrimonialização dos bens materiais, e também pelas publicações sobre o Município de Piratini, fundamentando de maneira sintetizada a história da cidade e fatos históricos que nela ocorreram, bem como as leis vigentes no centro histórico, objeto desta pesquisa. Em pesquisa de campo foram visitados e fotografados alguns bens edificados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas de preservação em Piratini tiveram início logo após os primeiros anos de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), refletindo a arquitetura oficial do Brasil prezada nos primeiros anos de trabalho da instituição.

Atualmente, o Centro Histórico de Piratini é amparado pela Esfera Federal, Estadual e Municipal, havendo 3 (três) prédios com tombo federal, 15 (quinze) prédios com tombo estadual e 31 (trinta e uma) edificações com tombo municipal. E o município possui ainda aproximadamente 140 (cento e quarenta) bens inventariados, entre a área urbana e a área rural.

Apesar das ações de tombamento nos vários níveis, federal, estadual e municipal, nem sempre há um trabalho integrado, inclusive por parte do Município de Piratini. De acordo com SANT'ANNA (2017), o patrimônio cultural do Brasil, que deveria constituir um conjunto de bens tratados coordenadamente por todas as esferas de governo, desdobrou-se em patrimônios distintos protegidos e tratados por três sistemas de proteção isolados, superpostos e impermeáveis entre si.

Desta forma, embora que o Município disponha de várias leis que regulamentam o centro histórico, ainda são observados vários fatores que acarretam na descaracterização do local, comprometendo a paisagem, a história, a memória e a identidade dos moradores. Isto acontece principalmente pela ausência de uma conscientização patrimonial, pelo favorecimento dos comerciantes e pela falta de procura por recursos e incentivos de preservação e principalmente pela falta de fiscalização municipal. Os principais problemas identificados são as más intervenções, incluindo as pinturas descaracterizantes e a substituição de materiais não compatíveis e aparatos publicitários que descumprem as normas estabelecidas.

No mês de setembro, durante aproximadamente 10 (dez) dias, ocorre a Semana Farroupilha de Piratini, uma das maiores expressões culturais do Município e que é patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul conforme a Lei 12.919/2008. No evento ocorrem apresentações de invernadas, shows e apresentações musicais, bem como declamações de poemas, poesias, contos e lendas. O evento é finalizado no dia 20 de setembro, com o desfile de cavaleiros.

Os piratinienses possuem maior interação com o evento da Semana Farroupilha e as tradições gaúchas, neste caso o patrimônio imaterial, do que propriamente com o Centro Histórico, ou seja, o patrimônio material. Conforme o Art. 56 da PPCM (2018), entende-se por Interação a obrigação imposta ao Poder Público

de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela. Desta forma, é imprescindível que o Município de Piratini atue de forma ativa e constante na educação patrimonial e na conscientização, para que não haja uma separação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial.

Segundo o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (2018), didaticamente, você pode separar o patrimônio material do imaterial, mas é como se você quisesse separar o corpo da alma e isso não é possível. Então, o olhar tem que ser em cima do território e de forma integrada. Percebe-se uma possível obsessão dos piratinienses com a memória do acontecimento histórico da Revolução Farroupilha, o que parece muitas vezes dificultar a identificação e a aceitação de outros bens culturais.

De acordo com KÜHL (2017), o verdadeiro desafio no quadro da sociedade globalizada é continuar a produzir ambientes humanos diversos, sob pena de perder não apenas nossa identidade cultural, mas nossa identidade humana, da qual a diversidade de culturas é condição indissociável.

Alguns projetos sobre o patrimônio material de Piratini são desenvolvidos na cidade, com o intuito de fomentar o turismo e ampliar a história sobre os prédios tombados. Dentre estes, é possível citar a Linha Farroupilha e o Grupo de Artes Encenação. Contudo, nota-se a ausência de mais projetos que valorizem o patrimônio edificado e que contribuam para sua preservação e valorização.

4. CONCLUSÕES

Ao realizar uma análise sobre as políticas de preservação do Centro Histórico de Piratini, é possível afirmar que as leis são insuficientes para a preservação do mesmo, uma vez que foram observados alguns descumprimentos que devem ser analisados com cautela, para que não ocorram prejuízos culturais e históricos. É necessário um trabalho integrado entre as instituições e os seus demais setores, principalmente pela fiscalização municipal.

O processo de patrimonialização em Piratini ocorre de forma lenta e demanda especial atenção, já que é notável a necessidade de uma maior apropriação dos Piratinienses pelo patrimônio edificado. É um dever do Município divulgar e difundir o patrimônio, de forma que envolva a comunidade e proporcione a interação com o mesmo, aliando ao patrimônio imaterial que já é bastante consolidado e focando em outras atividades culturais que não ocorram apenas no mês de setembro, mas sim o ano todo, progredindo com o turismo e o desenvolvimento econômico da cidade.

Percebe-se, que a dificuldade enfrentada na atualidade em relação aos monumentos históricos é justamente criar ambientes que saibam representar as mais variadas culturas presentes em um mesmo local. A diversidade cultural é um fato que deve ser trabalhado de uma forma integrada e abrangente. É preciso refletir sobre as intervenções baseadas somente na indústria cultural. O patrimônio é ativo e possui grande importância para a construção do futuro, especialmente da identidade cultural e social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. **Lex:** Política de Patrimônio Cultural do IPHAN, Brasília,

p. 01-27, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria375_2018sei_iphan0732090.pdf> Acesso em: 22 de abril de 2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional Nº 35: IPHAN 1937-1917**. 1. ed.: Editora do IPHAN, 2017. p. 157-169. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publi_cacao/revpat_35.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2022.

FREHSE, Fraya. Memória e espaço. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sara; KÜHL, Beatriz Mugayar. (Orgs.) **Patrimônio Cultural: Memórias e Intervenções Urbanas**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2017. p. 237-242.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 88ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília, p. 01-64, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/p_articipacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/atas-do-conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural> Acesso em: 22 de abril de 2022.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Intervenções Arquitetônicas: Impactos urbanos. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sara; KÜHL, Beatriz Mugayar. (Orgs.) **Patrimônio Cultural: Memórias e Intervenções Urbanas**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2017. p. 215-224.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Dicotomias no campo do Patrimônio Cultural. In: Patrimônio Cultural Brasileiro: abordagens, desafios, políticas, 1, 2018, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. [2018]. p1-p11

MUZA, Jaqueline. **IPHAE afirma que o Estado não possui intenção de destombar o Centro Histórico de Bagé**. Jornal Minuano, 2021. Disponível em: <<https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2021/12/29/iphae-afirma-que-estado-nao-possui-intencao-de-destombar-centro-historico-de-bage>> Acesso em: 08 de julho de 2022.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. A cidade-patrimônio no Brasil: Lições do passado e desafios contemporâneos. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional Nº 35: IPHAN 1937-1917**. 1. ed.: Editora do IPHAN, 2017. p. 139-155. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publi_cacao/revpat_35.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2022.

SILVA, Sandra Siqueira. **Patrimonialização e Desenvolvimento**. In: Code 2011 - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011. 18p

STORCHI, Ceres; ROMAN, Vlademir. **Centro histórico de Piratini: Preservação e valorização**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.